



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

LEI Nº 048/90

De 24 de Agosto de 1990.

Autoriza a aquisição de Imóvel
e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MOITA BONITA, ESTADO DE SER
GIPE:

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de-
cretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Governo do Município autorizado a
adquirir dos Srs. José Carlos Barreto Mendonça e Maria Josefa //
Souza de Jesus, pelo preço de CR\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta
mil cruzeiros), um terreno medindo 700 metros quadrados, situado
à Rua Senador Passos Porto, com os seguintes limites: Ao Norte /
com José Carlos Barreto Mendonça, Ao Sul com a Rua Projetada S/
nome, Ao Leste com José Agnaldo dos Santos e a Oeste com a Rua
Senador Passos Porto.

Parágrafo Único - A aquisição de que trata o presen-
te artigo se destina à Construção no referido local de um Termi-
nal Rodoviário.

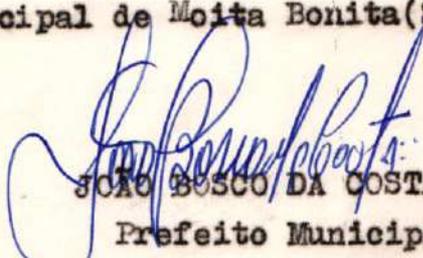
Art. 2º - A despesa decorrente da execução desta //
Lei correrá por conta da dotação própria consignada no vigente //
Orçamento do Poder Executivo.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua
publicação.

Art. 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Moita Bonita (Se),
em 24 de Agosto de 1.990.


MARCOS ANTONIO COSTA
Chefe de Gabinete


JOÃO BOSCO DA COSTA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

LEI Nº 047/90

De 28 de Junho de 1990.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 1.991 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MOITA BONITA, ESTADO DE SERGIPE:

Faço saber que a Câmara Municipal de Moita Bonita aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, as diretrizes gerais para a elaboração do orçamento do Município de Moita Bonita, relativo ao exercício de 1.991.

Art. 2º - O Projeto de Lei de Orçamento será elaborado e encaminhado ao Legislativo Municipal aos preços de dezembro de 1990.

Art. 3º - A elaboração da proposta Orçamentária obedecerá os seguintes critérios:

I - No âmbito da Despesa:

- a) As propostas Orçamentárias parciais e laboradas pelo Poder Legislativo e Órgãos da Administração Direta serão orçadas segundo os preços vigentes em junho de 1990.
- b) O Órgão encarregado da consolidação final da Proposta Orçamentária projetará a elevação de preços para o período Julho/dezembro de 1.990, aplicando este novo fator de correção às propostas parciais já revistas e ajustadas ao volume de receita estimado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

II - No âmbito da Receita

- a) A Receita será projetada aos preços médios de junho de 1.990.
- b) Na estimativa da Receita serão observados os seguintes condicionantes:
 - 30% da receita são gerados no primeiro semestre do ano.
 - 70% da receita são gerados no segundo semestre do ano.
- c) Em função do comportamento dos índices de preços do trimestre julho/setembro e das expectativas até o final do exercício, a estimativa de receita será corrigida obedecendo à mesma metodologia de ajustamento de despesa.

Art. 4º - O exercício de 1.991 até então será considerado como inflação zero.

Art. 5º - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos que irão financiá-las.

Art. 6º - Os dispêndios com investimentos deverão fazer-se acompanhar dos custos necessários à sua manutenção.

Art. 7º - Nenhum investimento novo será contemplado na Lei Orçamentária caso os seus custos de manutenção não estejam // compatíveis com o volume de recursos disponíveis a esta finalidade.

Art. 8º - Na programação de investimentos para a Administração Direta serão observados os seguintes princípios gerais:

- I - Os investimentos em fase de execução terão // preferência sobre os novos Projetos;
- II - Não poderão ser programados novos projetos à conta de anulação de dotações destinadas aos investimentos em andamento cuja execução tenha ultrapassado 50% (cinquenta por cento) //



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÓITA BONITA

até o final do exercício financeiro de 1990 e que tenham sua viabilidade técnica, econômica e financeira comprovada.

III- A programação de investimentos deve // ser detalhada a nível de obra ou Projeto.

Art. 9º - A elaboração da Lei Orçamentária deverá observar os seguintes níveis de comprometimento da despesa, tomando-se como base o volume de receitas diretamente arrecadadas e de transferência, excluídas aquelas decorrentes de operações de crédito ou convênios:

- I - máximo de 50% (cinquenta por cento) para pessoal e encargos;
- II - 20% (vinte por cento) para funcionamento da máquina administrativa e manutenção da cidade;
- III - 30% (trinta por cento) para investimentos.

Parágrafo Único - Qualquer alteração na distribuição de que trata este artigo fica condicionada à redução de // custos por eliminação ou economicidade dos demais no todo ou em parte.

Art. 10º - Entende-se como dispêndios de pessoal e seus respectivos encargos aquele realizado:

- a) Pelo Poder Legislativo com seu pessoal // ativo e inativo;
- b) pelo Poder Executivo, Administração Direta, com seus corpos de servidores ativo e inativo e prestadores de serviços.

Parágrafo Único - incluem-se no cômputo mensal da despesa com pessoal de âmbito os poderes a reserva de 1/12 (um e doze avos) correspondente ao pagamento do décimo-terceiro salário.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

Art. 11º - Nenhum reajuste com pessoal será concedido sem que haja a correspondente receita adicional para cobertura do seu incremento ou que ultrapasse o teto fixado no Art. 9º desde acordo com.

CAPÍTULO II

DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 12º - O Orçamento de 1.991 será executado:

- a) a programação financeira estabelecida para cada exercício;*
- b) a correspondência de receita de que trata a alínea b, ítem II, do Art. 3º desta Lei;*
- c) as prioridades de cada órgão;*
- d) a sazonalidade da despesa.*

Art. 13º - Trimestralmente, a Lei Orçamentária será corrigida em seus valores originários, tanto na receita como na despesa, tomando-se como base 85% (oitenta e cinco por cento) da variação média dos preços verificados em cada trimestre.

§ 1º - o disposto no "Caput" deste artigo somente é aplicável quando a inflação acumulada do trimestre for superior a 15% (quinze por cento).

§ 2º - O projeto da Lei Orçamentária defenderá os critérios de reajuste de que trata este artigo.

Art. 14º - Nenhuma despesa, obra ou serviço será reajustado acima dos índices oficiais de inflação.

Art. 15º - Nenhum concurso público será aberto em 1.991, ressalvados os casos especiais para atendimento às prioridades com a educação, saúde e administração fazendária.

Parágrafo Único - Mesmo para atendimento às exceções de que trata este artigo a realização do concurso deverá comprovar:

- a) necessidade imperiosa da expansão dos serviços;*
- b) o prejuízo causado à Administração*



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÓITA BONITA

Pública pela não realização do recrutamento pretendido;

- c) o custo adicional com a expansão do serviço e o incremento verificado no dispêndio com / pessoal.*

Art. 16º - Nenhum cargo ou emprego de provimento/ efetivo, cuja vacância ocorre durante o exercício de 1.990 será preenchido, salvo para atendimento às prioridades estabelecidas no artigo anterior.

Art. 17º - As despesas com custeio administrativo e operacional terão como limite máximo os critérios correspondentes no Orçamento de 1.990, salvo nos casos de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento/ físico de serviço prestado à Comunidade ou de novas atribuições recebidas no decorrer de 1.991.

Art. 18º - Nenhuma operação de crédito destinada ao financiamento do programa de investimento do Município, observados os dispositivos constitucionais, será contratada:

- a) se não tiver a prévia aprovação de finanças;*
- b) se ultrapassar os limites de dispêndio fixados no art. 9º desta Lei;*
- c) se ultrapassar o limite de capacidade de endividamento aferido para o exercício de 1.990, ou seja superior a 25% (vinte e cinco por cento) das receitas próprias e de transferências fixadas para o exercício de 1.991.*

Art. 19º - Nenhuma despesa financiada com recurso de convênios poderá ser realizada sem que exista a garantia da captação de tais recursos através de celebração dos respectivos convênios ou contratos e a conseqüente liberação dos recursos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

Art. 20º - É vedada a inclusão na Lei Orçamentária, bem como em suas alterações, de subvenções sociais a entidades públicas ou privadas, salvo as que:

- a) não tenham fins lucrativos e possuam Lei específica autorizando a concessão da subvenção;
- b) atendido o item anterior, sejam registradas na Secretaria Municipal do Desenvolvimento e Ação Comunitária.

Art. 21º - O relatório Anual de que trata o Art. 165, § 3º, da Constituição Federal, demonstrará por categoria de programação, as despesas realizadas com:

- I - pessoal e encargos dos dois Poderes;
- II - encargo da dívida pública;
- III - diárias e ajuda de custo;
- IV - passagens aéreas e outras despesas de locomoção para trabalhos fora do Município;
- V - publicidade e propaganda.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 22º - Na Lei Orçamentária anual, a discriminação da despesa far-se-á por categoria de programação, indicando-se pelo menos, para cada uma, no seu menor nível, a natureza da despesa, obedecendo à seguinte classificação:

DESPESAS CORRENTES

 pessoal e encargos sociais
 juros e encargos da dívida
 outras despesas correntes

DESPESAS DE CAPITAL

 investimentos
 inversões financeiras
 amortização da dívida
 outras despesas de capital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

§ 1º - A classificação a que se refere este artigo, corresponde aos agrupamentos de elementos de natureza de despesa.

§ 2º - A Lei Orçamentária incluirá, dentre outros de monstrativos:

I - das receitas, que obedecerão ao previsto no Art. 2º, § 1º da Lei nº 4.320, de 17º de Março de 1.964:

II - dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a ca racterizar o cumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

§ 3º - Além do disposto no "Caput" deste artigo, re sumo geral das despesas serão apresentados obedecendo forma se melhante à prevista no anexo 2 da Lei nº 4.230, de 17 de Março ' de 1.964.

§ 4º - Não poderão ser incluídas na Lei Orçamentária e suas alterações, despesas classificadas como investimentos em regime de execução especial, ressalvados os casos de calamidade pública e os fundos instituídos e mantidos pelo Poder Público.

Art. 23º - As propostas de modificação no Projeto de Lei Orçamentária obedecerão ao disposto no Art. 166 da Constitui ção Feaeral e aos mesmos princípios ratificados na Lei Orgânica' do Município de Moita Bonita.

Art. 24º - Para efeito de informação ao Poder Legis- lativo Municipal deverá, ainda, constar da proposta Orçamentária no menor nível de categoria de programação, a origem dos recur- sos, obedecendo, pelo menos, a seguinte discriminação:

- I - Recursos do Tesouro - Próprios
- II - Recursos do Tesouro - Transferências
- III - Aplicação constitucional na manutenção e desenvolvimento do ensino
- IV - Recursos vinculados - Convênios.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

Parágrafo Único - A informação de que trata este artigo não constará da Lei Orçamentária aprovada pelo Legislativo Municipal e sancionada pelo Prefeito.

Art. 25º - O Projeto de Lei Orçamentária será apresentado com a forma e com o detalhamento descrito nesta Lei, aplicando-se, no que couber, as demais disposições legais.

Art. 26º - Os créditos adicionais terão a forma e o nível de detalhamento estabelecidos nesta Lei para o Orçamento bem como a indicação dos recursos correspondentes.

CAPÍTULO IV

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 27º - O Poder Executivo, verificada a necessidade ou conveniência administrativa, poderá enviar à Câmara Municipal, antes do encerramento do atual exercício financeiro, Projetos de Lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente quanto a:

- I - revisão do código tributário Municipal, visando estabelecer maiores critérios de seletividade na cobrança dos tributos especialmente o ISS e o IPTU.*
- II - regulamentação da cobrança da contribuição de melhoria.*

III - criação de taxas de limpeza Urbana.

IV - revisão da taxa de iluminação Pública de modo a eliminar o "deficit" operacional existente com a sua arrecadação, dando-lhe maior seletividade.

Art. 28º - O Projeto de Lei Orçamentária poderá apresentar programação de despesa à conta de Receitas decorrentes das alterações na Legislação Tributária Municipal encaminhadas ao Legislativo nos termos do artigo anterior.

§ 1º - Caso as alterações propostas não sejam aprovadas em sua totalidade, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as respectivas despesas serão



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

canceladas, mediante decreto, por ocasião da sanção à Lei Orçamentária.

§ 2º - A mensagem que encaminhar o Projeto da Lei Orçamentária ao Legislativo Municipal discriminará os recursos esperados em decorrência de cada uma das alterações na Legislação tributária proposta.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29º - O Poder Público Municipal terá o prazo de cento e vinte (120) dias para regularizar todas as despesas com prestadores de serviço existente nos diversos órgãos da Prefeitura.

Parágrafo Único - A regularização de que trata o "Caput" deste artigo far-se-á mediante a realização de concursos público interno, sendo aproveitados no Quadro de pessoal apenas aqueles que obtiverem aprovação.

Art. 30º - Estende-se os critérios do artigo anterior aos servidores ocupantes de cargo efetivo não concursados e cujo tempo de serviço seja inferior a cinco (05) anos.

Art. 31º - Serão obrigatoriamente recolhidos à conta do Tesouro Municipal

I - os Tributos Municipais

II - as receitas provenientes das transferências da União e do Estado

III - as receitas de qualquer natureza geradas e/ou arrecadadas no âmbito de órgãos, entidades e fundos da administração direta Municipal.

Art. 32º - A Secretaria Municipal de finanças no prazo de quinze (15) dias após a publicação da Lei Orçamentária, divulgará, por unidade orçamentária de cada órgão, os quadros de detalhamento da despesa, especificando, para cada categoria, no seu menor nível, os elementos de despesa e respec-



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOITA BONITA

tipos desdobramentos.

Parágrafo Único - O disposto no "caput" deste artigo aplica-se também aos órgãos do Legislativo Municipal, por ato da Mesa da Câmara.

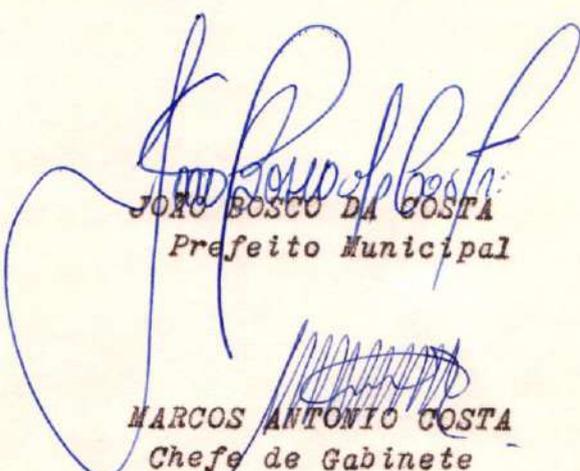
Art. 33º - Se o Projeto de Lei Orçamentária não for aprovado até o término da sessão legislativa, a Câmara Municipal de Vereadores será, de imediato, convocada extraordinariamente pelo seu Presidente na forma prevista pela Lei Orgânica do Município / de Moita Bonita, até que seja o mesmo aprovado.

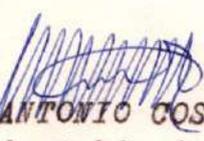
Art. 34º - As solicitações feitas pelos Órgãos do // Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares, dentro dos limites autorizados em Lei, serão acompanhadas de exposição de motivo justificando o pedido.

Art. 35º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 36º - Revogam-se às disposições em contrário.

*Gabinete do Prefeito Municipal de Moita Bonita(Se),
em 28 de Junho de 1.990.*


JOÃO BOSCO DA COSTA
Prefeito Municipal


MARCOS ANTONIO COSTA
Chefe de Gabinete